

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.500 - DF (2019/0228007-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**SUSCITANTE** : **BONASA ALIMENTOS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **JOEL LUIS THOMAZ BASTOS E OUTRO(S) - SP122443**  
IVO WAISBERG - SP146176  
BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA - SP248704  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FALÊNCIAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS INSOLVÊNCIA CIVIL E LITÍGIOS EMPRESARIAIS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF**  
**INTERES.** : **ANTONIO MARCOS LIMA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS** : **LUIS PAULO ALVES DA SILVA - DF037676**  
POLIANA DE SOUSA LIMA ALVES - DF041540  
LILIAN LOURENÇO SANTANA - DF027972

**EMENTA**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DETERMINAÇÃO, PELO JUÍZO LABORAL, DE HABILITAÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA NA FALÊNCIA. PERDA DE OBJETO. CONFLITO PREJUDICADO, TORNANDO SEM EFEITO A LIMINAR DEFERIDA.

**DECISÃO**

Bonasa Alimentos S.A. - em Recuperação Judicial suscita o presente conflito de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal e o Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Brasília - DF.

Alega a suscitante que, em 14/5/2018, "ajuizou pedido de recuperação judicial, o qual foi distribuído ao MM. Juízo da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal sob o nº 0713131-57.2018.8.07.0015 (doc. 3), que, verificando estarem presentes os pressupostos e condições estipuladas pela Lei 11.101/2005, deferiu seu processamento (doc. 4)" (e-STJ, fl. 5).

Aduz que, em que pese ao deferimento do processamento da recuperação

judicial, o Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0005019-25.2015.5.10.0012, promovida por Antônio Marcos Lima de Oliveira, deu prosseguimento à execução, determinando a liberação dos depósitos recursais realizados pela requerente como forma de pagamento de créditos sujeitos à recuperação judicial, em manifesta violação à competência do Juízo universal.

Requer, assim, "em caráter de tutela de urgência, com fundamento no art. 196 do Regimento Interno desse c. STJ, sejam imediatamente suspensos os efeitos da r. decisão proferida pelo MM. Juízo suscitado da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0005019-25.2015.5.10.0012, ajuizada por Antônio Marcos Lima de Oliveira, e desfeitas todas as determinações de liberação dos depósitos recursais realizados pela Suscitante, com sua transferência para as contas da Suscitante ou, subsidiariamente, para conta vinculada ao MM. Juízo da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal" (e-STJ, fl. 14).

E, no mérito, seja conhecido o conflito para determinar a competência do Juízo de Direito da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal para decidir sobre todos os atos de constrição do patrimônio da suscitante.

Às fls. 72-75 (e-STJ), foi deferido o pedido preambular para "determinar a imediata suspensão dos atos executórios promovidos pelo Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, nos autos da Reclamação Trabalhista n. 0005019-25.2015.5.10.0012, promovida por Antônio Marcos Lima de Oliveira, que importem na constrição de bens da empresa suscitante, ficando designado o Juízo da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes, inclusive acerca de eventual levantamento de valores".

Foram prestadas informações por ambos os Juízos suscitados (e-STJ, fls. 101-103 e 107-110).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do conflito de competência (e-STJ, fls. 113-116).

Brevemente relatado, decido.

Conforme informação prestada às fls. 107-110 (e-STJ), constata-se que o Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, em observância ao julgado liminar desta relatoria, determinou a habilitação do crédito apurado na Reclamação Trabalhista de n. 0005019-25.2015.5.10.0012, promovida por Antônio Marcos Lima de Oliveira, nos autos da recuperação judicial da suscitante, no tocante apenas à diferença resultante do valor devido àquele reclamante e o referente ao depósito recursal realizado e por ele já levantado.

Em relação à quantia objeto de depósito recursal, cujo levantamento foi deferido em favor do exequente e por ele já realizado, o Juízo trabalhista manteve inalterado o respectivo construtivo, sob o seguinte argumento (e-STJ, fl. 109):

Analisando a decisão supra, constata-se que não há determinação para devolução do valor já levantado e sim a imediata suspensão dos atos executórios em desfavor da empresa em recuperação judicial.

Verifica-se, ainda, que o autor levantou o depósito recursal efetuado pela reclamada (23/08/2017), na data de 01/08/2019, conforme comprovante de ID 2a69ea6, sendo que a decisão do STJ é de 03/09/2019.

O deferimento do levantamento do depósito recursal pelo autor foi baseado no art. 899, § 1º da CLT, senão vejamos.

[...]

Assim, tendo em vista que o depósito recursal liberado ao reclamante foi efetuado pela reclamada em 23/08/2017, portanto, em data anterior ao ajuizamento da ação de Recuperação Judicial que se deu em 14/05/2018, e considerando que na decisão liminar proferida pelo Col. Superior Tribunal de Justiça, não há determinação para devolução do valor liberado e já levantado pelo autor, mantenho o despacho de ID 12e0930, com fulcro do art. 899, § 1º da CLT. Importante, ainda, informar que não há prejuízo à empresa em recuperação judicial, pois a certidão de crédito será expedida já deduzido o valor levantado.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o levantamento de valores, inclusive de depósito recursal realizado na justiça trabalhista, sujeita-se ao crivo do Juízo universal da recuperação judicial e/ou da falência, ainda que realizado em data antecedente ao deferimento do pedido de soerguimento ou à decretação da falência.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA -  
RECUPERAÇÃO JUDICIAL - MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DE

BENS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA DETERMINADAS POR JUÍZO FALIMENTAR - COMPETÊNCIA - JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PRECEDENTES - DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO CONFLITO E DECLAROU A COMPETÊNCIA DO JUÍZO RECUPERACIONAL.

INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça o conhecimento e processamento do presente conflito, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, I, "d", da Constituição Federal.

2. É pacífica a orientação da Segunda Seção no sentido de ser o Juízo onde se processa a recuperação judicial, o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda. Precedentes.

2.1. A deliberação proferida pelo r. juízo suscitado invadiu a competência do r. juízo da recuperação judicial, na medida em que autorizou o levantamento de valores em face das agravadas sem franquear ao r. juízo da recuperação, o exame se tal medida judicial - caso deferida - poderia dificultar a execução do plano de soerguimento.

3. Ainda que a penhora de valores seja anterior ao deferimento do pedido de recuperação judicial, tais constrições também se sujeitam à atratividade do juízo universal. Precedentes: AgInt no CC 147.994/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/04/2018, DJe 18/04/2018; AgInt no CC 152.153/MG, Rel.

Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 15/12/2017; AgInt no CC 148.987/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 21/09/2017;

AgInt no CC 148.987/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 21/09/2017.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 155.535/BA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/09/2019, DJe 16/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL X EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. LEI 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. CRÉDITO TRABALHISTA CONSTITUÍDO APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. LIQUIDAÇÃO E HABILITAÇÃO DO CRÉDITO. NATUREZA EXTRACONCURSAL. DELIBERAÇÃO ACERCA DE VALORES RETIDOS A TÍTULO DE DEPÓSITO RECURSAL EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. COMPETÊNCIA DO

JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.  
AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(AgInt no CC 152.280/GO, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2018, DJe 14/08/2018)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR - EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - DEPÓSITO RECURSAL - LEVANTAMENTO - POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO R. JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA.

1. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência.

2. Por essa razão, após a quebra, é inviável o prosseguimento de atos de expropriação patrimonial em reclamações trabalhistas movidas contra a falida perante a Justiça do Trabalho.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar.

(CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 12/05/2010)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS ANTERIORES À QUEBRA.

- É do juízo falimentar a competência para decidir sobre o destino dos depósitos recursais feitos no curso de reclamação trabalhista movida contra a falida, ainda que anteriores à decretação da falência.

(AgRg no CC 87.194/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/09/2007, DJ 04/10/2007, p. 165)

Contudo, considerando que, à data em que protocolado o presente incidente (2/8/2019) já havia sido levantando pelo credor trabalhista o montante decorrente do depósito recursal (1º/8/2019), não havendo que se falar em conflito, nesse ponto, porquanto exaurida a constrição.

Desse modo, verifica-se ter havido a perda de objeto do presente incidente,

# *Superior Tribunal de Justiça*

visto que não mais existem decisões conflitantes.

Ante o exposto, julgo prejudicado o conflito de competência, tornando sem efeito a liminar anteriormente deferida.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator